

* 5 SET 1993

O desinvestimento no professor

NÃO é só no Rio de Janeiro que professores formados se sentem despreparados para o ensino de Primeiro Grau. Nem é só no Instituto de Educação do estado que "as gerações formadas a partir de 70 estão perdidas de forma irreversível", como diz o seu diretor, Rodolfo Gutierrez Nogueira.

POR todo o Brasil, o ensino de Primeiro Grau está, em maior ou menor medida, entregue a professores despreparados. Com razões objetivas para se sentirem assim, no caso de não lhes sobrar autocrítica e bom senso. Por todo o Brasil, as agências especializadas de formação — os institutos de educação — vêm padecendo há anos de uma perda de qualidade politicamente induzida.

ESSE desinvestimento no professor compromete pela base todo o sistema nacional de ensino público. E sabota a construção da cidadania, condenando-a à eterna clientela do Estado. Como se pode esperar que o Estado seja serviço público, se é negada à sociedade a condição preliminar de um ensino de Primeiro Grau de qualidade?

PODE-SE avaliar o Primeiro Grau pelos dados mais óbvios — os índices de aproveitamento. A média nacional de aproveitamento é de cerca de 30%: dois terços dos alunos matriculados na primeira série não concluem a oitava. Ficam sem retorno algum os recursos que a Constituição exige sejam aplicados prioritariamente ao ensino de Primeiro Grau. Vai-se a esperança de universalizar o ensino fundamental até 1993. E sobretudo vai para o espaço o direito que embasa o exercício da cidadania: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

MAS não nos faltam escolas, em meio urbano ou rural. E nosso déficit de matrícula inicial no Primeiro Grau está perto do desprezível. O problema está na permanência do aluno na escola, ligado ao do estatuto social do professor de Primeiro Grau, degradado de todas as maneiras possíveis.

HÁ estados em que o aproveitamento do Primeiro Grau cai para 10%. Não por acaso, são os estados em que, segundo dados do MEC, os professores

apresentam a mais baixa qualificação. Na totalidade do Brasil, 13% dos docentes de Primeiro Grau não possuem Segundo Grau completo; na região Norte, são 31,7%; na região Nordeste, são 26,2%. Esses percentuais sobem para 40%, em alguns estados de ambas as regiões — Pará, Acre, Maranhão, Ceará e Paraíba; e, no meio rural, para até 80%.

NÃO surpreende. Nos próprios institutos de educação ou escolas normais do Nordeste, os professores também não têm qualificação. Na média do Nordeste, eles são 45%; na média nacional, 20%.

CAUSA e efeito do desrespeito das escolas normais ou institutos de educação, a degradação do estatuto social do professor é flagrante em seus níveis de remuneração, notoriamente baixíssimos.

NESSA marcha, o ensino fundamental, nível presuntivamente comum a todos os brasileiros sem distinção, caminha para ser um mecanismo perverso de reforço das desigualdades na repartição da renda nacional.